timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 133 FEVEREIRO 1997

TIMOR LESTE 1996: UM BALANÇO EM SEIS PONTOS

Concluímos neste número a abordagem dos aspectos do problema de Timor Leste que marcaram o ano de 1996

Na nossa edição de Janeiro referimos os aspectos que considerámos marcantes na evolução do problema de Timor Leste, nas suas vertentes religiosa, negocial e diplomática. Completamos agora esta análise.

UM POVO QUE RESISTE

A sociedade timorense continua a dar mostras duma dinâmica interna notável.

Um dos elementos mais interessantes dos últimos tempos foi a lenta, mas progressiva, erosão da base social de apoio que a Indonésia conseguiu construir junto da elite urbana timorense. Intensificou-se em 1996 a clivagem entre um escasso "núcleo duro" de integracionistas - reduzido a figuras como Lopes da Cruz e Abílio Soares, com fraca credibilidade interna e externa - e os restantes sectores da classe dirigente local. A descolagem gradual de membros da influente família Carrascalão das teses indonésias e o seu afastamento das posições que detiveram no aparelho administrativo é um bom exemplo desse processo. Em simultâneo, acentuou-se a emergência na sociedade timorense dum tipo novo de dissidência, discreta e "moderada", não directamente comprometida na luta política, mas claramente simpatizante de uma solução "sem a Indonésia".

Já extremamente preocupante é a aposta indonésia no reforço da "timorização" do conflito com a criação de milícias pró-integracionistas (*Gardapaksi*). Constituídas por jovens desempregados e desenraizados, enquadrados e treinados pelos militares, estas milícias têm estado presentes em muitos dos mais violentos confrontos ocorridos em Timor Leste no ano findo. A sua principal tarefa é promover a provocação, infiltrar, denunciar e desestabilizar o tecido social timorense.

A importância do fenómeno da infiltração tem vindo a aumentar também nas zonas rurais, onde se movimenta a guerrilha. São comuns os relatos de operações militares indonésias desencadeadas a partir de informações fornecidas por agentes civis infiltrados e das subsequentes retaliações da Resistência armada.

Quanto à actividade da guerrilha, a avaliar pelos dados que chegaram ao conhecimento público no decurso de 1996, parece ter-se mantido ou até reforçado. Como sinal deste maior dinamismo, pela primeira vez um recontro foi filmado ao vivo por um jornalista, em Agosto. Fontes opostas - as FFAA indonésias à agência *Antara*, em Janeiro, e a guerrilha, através de um depoimento do comandante David Alex à RDPI, em Abril - permitem estimar um número convergente de baixas em combate, na ordem da meia centena/ano para cada lado (incluindo as capturas e rendições de guerrilheiros).

Os efectivos de uma e outra parte também não devem ter sofrido alterações no último ano: a Indonésia continua a manter a anterior estimativa das forças da guerrilha que já fazia há anos, cerca de 200 homens armados, enquanto a Resistência avança com um número de 20 batalhões para o efectivo militar indonésio no terreno.

Em suma, do ponto de vista militar a caracterização do conflito manteve-se no essencial em 1996: uma guerra de baixa intensidade, em situação de impasse prolongado.

À PROCURA DE UM INTERLOCUTOR

A figura que aos poucos se tem vindo a impor como referencial "alternativo" a Xanana Gusmão é o bispo Belo. O

neste número:

TIMOR LESTE: UM BALANÇO DE 96

JAKARTA POST: "EM FARRAPOS"

TIMOR A DUAS VOZES

termo "alternativo" é naturalmente forçado, visto tratar-se de personalidades com mandatos e campos de intervenção perfeitamente distintos. É, no entanto, aproximadamente correcto, no sentido de "interlocutor por excelência" das partes. No impedimento de Xanana, o líder mais óbvio e natural, é indiscutível que o bispo Belo está a assumir de forma crescente esse papel, que lhe é notoriamente reconhecido por todos (Resistência, Portugal, Indonésia, ONU e comunidade internacional). No intrincado *puzzle* dos interesses em jogo em Timor Leste, Mons. Belo é neste momento o máximo denominador comum de todas partes envolvidas no problema.

Os dois aspectos mais notáveis do Nobel de 1996 são justamente a valorização da componente política do problema e o seu carácter simbólico (mais até do que mediático). De facto, por regra, um Nobel só é "dado" a problemas de resolução exequível, viável (mesmo que demorada), que não estejam já num qualquer beco sem saída da História. A escolha dos Nobel rege-se tanto ou mais pela *realpolitik* do que pelo "espírito do bom samaritano". A atribuição do Prémio a Ramos-Horta e a Ximenes Belo é assim, mais do que o reconhecimento da justeza e da razão da luta do povo maubere, o entendimento de que o problema está prestes a atingir o estádio de maturação indispensável ao começo da sua superação real.

SUHARTO FECHA AS PORTAS

Como "alternativa" à exigência de um acto de autodeterminação, certos sectores agitam periodicamente para Timor Leste a hipótese de uma solução de tipo autonómico no quadro da Indonésia. Esse cenário intermédio não quadra, no entanto, na concepção do regime indonésio e foi o próprio presidente Suharto quem explicitamente se pronunciou no sentido da exclusão dessa hipótese, em Maio passado.

Da mesma forma rejeitou para o seu país em 1996, neste caso por actos, qualquer hipótese de desenvolvimento de um processo de abertura controlada, isto é de renovação gradual e pacífica do regime. A grosseira ingerência governamental na vida interna do PDI passou pelo afastamento de Megawati Sukarnoputri da liderança do partido - um processo comandado directamente por Suharto e pelo seu círculo íntimo - e culminou no assalto à sede desse partido em Julho, o que despoletou os mais graves motins dos últimos 20 anos em Jacarta. A questão da sucessão de Suharto ultrapassa hoje largamente o problema da idade (foi já com mais de 70 anos que Teng Xiao Ping se firmou no poder na China, quando afastou os rivais do "bando dos quatro").

De facto, não é só o ditador que está envelhecido mas principalmente os fundamentos do regime que encabeça. A intensa dinâmica social e económica do país e as alterações do alinhamento geoestratégico global exigem hoje mudanças políticas profundas na Indonésia, sob o risco de uma explosão social imprevisível. Acontece que, em matéria de poder político, Suharto tem mostrado não estar disposto a aceitar as mais modestas reformas, fechando todas as portas a qualquer esboço de alternativa.

O ano de 1996 foi assim, por um lado, o ano da confirmação da indisponibilidade ou incapacidade do regime e do seu líder para um processo de auto-transformação e de democratização interna. Mas foi também, por outro lado, o ano de maior ascenso nas últimas décadas do movimento oposicionista e o da sua congregação em torno de uma figura (Megawati), a qual se afirmou - e aqui está outro dado novo - como uma real e credível alternativa a prazo a Suharto.

Por menor que a questão de Timor Leste possa parecer face à imensidade das forças em confronto na sociedade indonésia, é ainda ela que está hoje a determinar o essencial da política de alianças do movimento oposicionista indonésio, nomeadamente o seu alinhamento face aos militares.

TIMOR "EM FARRAPOS"

O jornal indonésio de língua inglesa *Jakarta Post* habituou-nos a artigos sobre o problema de Timor cujo teor contêm interrogações que questionam a linha política oficial. É o caso do artigo - *Focus on East Timor still drags on* - publicado na edição de 26 de Dezembro de que traduzimos aqui excertos.

"A questão de Timor Leste pesou ainda mais este ano na consciência de todos ao atrair a maior atenção desde que ocorreu o incidente de Dili, em 1991. Os acontecimentos que ocorreram desde então provaram que, enquanto a Indonésia pode estar a ganhar a batalha política em fora *como as Nações Unidas, estava a ser esmagada na guerra das relações públicas, ao constatar-se a multiplicação, de um dia para o outro, de simpatizantes e apoiantes da autonomia para Timor Leste.(...).*

A bofetada mais dolorosa para a Indonésia foi, sem dúvida, a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao dirigente separatista José Ramos Horta. (...). Na opinião de muitos de nós, o MNE detém uma grande parte da responsabilidade no sucedido. Vários analistas questionam como pôde a nomeação (...) passar despercebida ao longo do processo de selecção que começou oito meses antes do anúncio final ter sido feito.

A pequena colónia portuguesa de Timor Leste foi integrada na Indonésia em 1976. Passados 20 anos, a ONU continua a reconhecer Lisboa como a potência administrante. A maioria dos países europeus também se recusa a reconhecer a integração. Kusnanto Anggoro, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, concordou que a política do MNE de tentar conter a questão de Timor Leste estava em farrapos. (...) Kusnanto realça que a opinião pública internacional, de visão crescentemente negativa em relação à presença Indonésia em Timor Leste, advem do desempenho do próprio governo no território. (...).

À medida que as críticas internacionais continuam a ser atiradas à cara da Indonésia, Jacarta adoptou uma nova estratégia ao usar a sua posição em várias organizações internacionais de forma a ganhar o apoio das mesmas para a sua posição sobre a questão de Timor. (...). Apesar desta encenação de poder por parte de Jacarta, as declarações [saídas da reunião da ASEAN e da OIC, Organização da Conferência Islâmica] *provaram ter pouco impacto uma vez que os chefes de governo europeus, reunidos em Dublin (...), formularam a sua própria declaração de preocupação sobre Timor Leste. Kusnanto comentou que, (...), goste-se ou não, as críticas da UE iriam continuar, tendo em conta o papel central de Portugal na organização. Mais ainda, a tendência global é pela defesa dos direitos humanos e qualquer violação dos mesmos provocará fortes críticas internacionais, independentemente do número de países que possam estar ao lado de Jacarta."*

TIMOR A DUAS VOZES

Alfreda da Fonseca, do grupo A Paz é Possível em Timor Leste, *traça aqui o perfil do novo bispo da nova Diocese de Baucau*

"A Igreja Timorense está em festa! O Papa começou o Ano Novo dando-lhe um novo Bispo e uma nova Diocese em Baucau.

A 6 de Janeiro, no Vaticano, um dos Ordenados por João Paulo II era D. Basílio do Nascimento Martins, um Padre timorense que, após toda a sua vida sacerdotal na Diocese de Évora, há dois anos regressou a Timor.

Aos 46 anos é um Bispo que, sendo novo em idade, tem uma experiência pastoral bastante grande e muito diversificada.

Como Padre viveu e estudou em Portugal, alguns anos passados em França permitiram-lhe a abertura de horizontes maiores do que as planícies alentejanas ou as azueis montanhas de Timor Leste. Foi Pároco no Alentejo, Professor do Seminário e foi tendo uma série de encargos pastorais que lhe permitiram diversificar experiências que deram frutos nos tempos difíceis do retorno à Pátria Timorense ocupada pela Indonésia, onde tem sido um dos principais colaboradores de D. Carlos Ximenes Belo. Discreto e persistente tem as ideias claras sobre o que é a sua missão, primeiro como Padre e agora como Bispo de uma Diocese a fazer-se e de que é também Administrador Apostólico.

Ao contrário de D. Carlos que teve que aprender no terreno como se pode ser um bom Bispo num contexto particularmente espinhoso e que se tornou numa voz essencial na defesa dos Timorenses, D. Basílio - que surge numa situação eclesial substancialmente diversa - foi lentamente amadurecendo para o cargo que a 19 de Março passará oficialmente a ocupar."

UMA MISSÃO PASTORAL DE LIBERTAÇÃO

"Quem tenha estado atento ao processo de desenvolvimento da Igreja Timorense e às muitas vezes ambíguas relações da Santa Sé com o problema de Timor, não estranhou a notícia da ordenação episcopal desta personalidade timorense. Várias vezes o seu nome foi falado como um dos "Bispáveis" de Timor, de tal forma que boatos correram variadas vezes sobre o tema, levando alguns a pensarem por isso mesmo que tal não iria acontecer.

O perfil público de D. Basílio tem-se pautado por uma extrema cautela quanto ao que diz e à forma como o diz. É sem dúvida subtil e sabe bem utilizar as virtualidades da língua portuguesa para dizer o que acha correcto e da forma que lhe causará menos problemas no regresso a Timor já como Bispo. Mas um pequeno exercício de ler nas entrelinhas chega para perceber que este timorense espera por melhores dias para a sua Pátria e não fica de braços cruzados, ou de mãos postas a rezar apenas, à espera que o assunto se resolva.

Enquanto Padre absteve-se de se tornar conotado com as facções timorenses que procuram desenhar um futuro possível para Timor. A Doutrina Social da Igreja e o Concílio Vaticano II são suficientemente claros quanto ao papel que o Clero deve desempenhar na condução do Povo de Deus e o que é o contributo próprio dos Leigos. Daí a clara afirmação que a sua Missão como Bispo não é política mas sim pastoral.

Ciente de que o Evangelho anunciado num contexto de opressão é uma motivação essencial para lutar por uma sociedade mais justa onde os Direitos Humanos, individuais e colectivos, sejam respeitados, não é preciso ser profeta para antever que as implicações práticas desta mensagem exigem mudanças radicais na forma como se processa a vida dos Timorenses com a violação sistemática desses direitos que a ocupação indonésia produz. Implica que a missão pastoral possa ser lida politicamente em favor da libertação concreta deste povo.

A fundamentação teológica da opção pelos pobres e pelos oprimidos vem da mais lídima tradição cristã, nomeadamente católica, e resulta da prática vivida por Jesus Cristo. E se em vinte séculos de História muitas vezes a Igreja a esqueceu, neste final de milénio tal opção tem sido redescoberta em todos os continentes e Timor Leste não é excepção, por muito que isso possa incomodar o Estado Indonésio. Não se trata pois de fazer política, tarefa reservada aos fiéis, mas de cuidado pastoral, como compete aos dois Bispos da Igreja de Timor Leste."

POR UM MAIOR EMPENHAMENTO DOS LEIGOS

"O próprio Vaticano começa a dar sinais de uma maior abertura neste campo e a visita que o Cardeal Etchegaray, responsável pela Comissão Pontifícia Justiça e Paz, fez a Timor há precisamente um ano, vem reforçar a acção de defesa dos Direitos Humanos muito concretos dos timorenses que os responsáveis da Igreja de Timor desde sempre têm adoptado com toda a frontalidade.

Ninguém espera por isso menos do novo Bispo. A solidez da sua formação teológica feita numa Igreja que viveu a transição da ditadura para a democracia e o facto de lhe ter sido poupada a experiência directa dos primeiros anos da guerra de ocupação, levam D. Basílio a poder situar-se num plano talvez menos emocional do que quem viveu por dentro cada detalhe da tentativa de genocídio do povo timorense. Essa espécie de distância critica que lhe vem dos anos da Diáspora, permite-lhe ver e agir em defesa do seu povo de modo diplomático, discreto mas eficaz.

A declaração pública de que constituirá na Diocese de Baucau, logo que seja possível, uma Comissão Justiça e Paz, articulada com a existente em Díli, mostra que com o novo Bispo se abre mais uma frente de denúncia das violações de que os Timorenses são vítimas.

A prioridade absoluta à pastoral de formação de um laicado consistente anunciada pelo novo Bispo mostra que está bem consciente que uma Igreja não se constitui apenas com a boa vontade das gentes, num sincretismo doutrinal em que a componente da resistência ao opressor tem um papel relevante.

O empenhamento cívico dos leigos resulta antes de um aprofundamento da experiência de Cristo morto e ressuscitado, ou seja de uma linguagem adulta de fé que se expressa por um serviço ao próximo, na luta de libertação de todas as opressões. A progressiva tomada de consciência dos leigos timorenses das implicações práticas da sua fé, resultará num compromisso social inevitável dado o contexto vigente.

É pois com esperança e expectativa que a nova Diocese de Baucau se constitui. Tem tudo para vir a ser bem sucedida: um Bispo "simples como as pombas e prudente como as serpentes" como diz o Evangelho, e comunidades cristãs locais com 500 anos de contacto com a mensagem cristã. Solidamente apoiadas por um clero notável, que ao longo de mais de 20 anos não deixou esquecer Timor, conta ainda com a solidariedade da Diocese de Díli além dos vários contactos internacionais recentemente estabelecidos. Vai ser impossível calar o grito de Timor, agora a duas vozes, para mal dos pecados indonésios... que são muitos!"

REINO UNIDO: TANQUE "ASSALTA" GOVERNO, ...

A organização inglesa de luta contra o comércio de armas CAAT

(*Campaign Against Arms Trade*) usou um tanque de guerra inglês Abbot de 1966 numa manifestação para chamar a atenção para o 21º aniversário da invasão indonésia de Timor Leste, que ocorreu no passado dia 7 de Dezembro.

O referido tanque foi estacionado em frente ao Departamento governamental de Comércio e Indústria, em Westminster, Londres, de "*armas apontadas ao governo*". O protesto serviu igualmente para chamar a atenção para o comportamento do governo inglês que continua a emitir licenças de venda de armamento para a Indonésia.

...PROTESTOS NO PARLAMENTO ...

Durante os dias 4 e 5 de Dezembro último, ocorreram protestos no

parlamento inglês com o objectivo de alertar para a situação em que Timor se encontra.

No primeiro dia, 2 manifestantes, a partir da galeria destinada ao público, gritaram, por breves momentos, palavras de ordem relativas ao território. No dia seguinte, no entanto, o impacto do protesto foi maior, já que outros 2 activistas foram arrastados da mesma galeria, pela polícia, tendo provocado alterações no decorrer da sessão plenária do parlamento.

Estas acções de protesto contaram, especialmente no segundo dia, com manifestações de apoio de deputados de vários partidos, facto que tornou a ocorrência ainda mais notada, visto não ser comum haver actos de apoio àquele tipo de acções por parte dos parlamentares. Saliente-se, ainda, o facto de se ter provado no decorrer dos trabalhos dos deputados que os bilhetes obtidos pelos activistas, de acesso à galeria, tinham sido cedidos tanto por deputados da oposição como por deputados ligados ao partido do governo.

... E "ANGÚSTIA PARA O ALMOÇO"

Numa tentativa de mitigar os efeitos da atribuição do Prémio

Nobel da Paz de 96 a Ximenes Belo e a Ramos-Horta, o embaixador indonésio em Londres, Habibie, irmão do poderoso ministro indonésio da Tecnologia, J. Habibie, planeou, nos inícios de Dezembro (dias antes da cerimónia de entrega do Prémio), uma manobra de *charme* junto dos jornalistas ingleses. Este expediente, regularmente usado pelas autoridades indonésias em várias partes do mundo, conta normalmente com os serviços de multinacionais relacionadas com Relações Públicas. Desta vez, em Londres, a concepção e organização do evento foi da responsabilidade da multinacional americana Burson-Marsteller, o qual incluía para os participantes um almoço, uma pequena caixa de presentes e uma apresentação detalhada dos pontos de vista da política indonésia por parte dos funcionários da embaixada.

Porém, o acontecimento não decorreu tão bem como o previsto. Primeiro, porque à chegada à embaixada, os jornalistas depararam com uma manifestação ruidosa de activistas por Timor (que tiveram conhecimento antecipado do evento) tendo sido obrigados a entrar pelas traseiras do edifício. Depois, porque vários manifestantes conseguiram trepar para a varanda da sala onde decorria a manobra de *charme*, tendo a manifestação ruidosa passado para dentro das instalações da embaixada e "estilhaçado" o verniz da cerimónia. A polícia foi chamada e os activistas acabaram por ser arrastados caricatamente por entre os jornalistas. Resultado: passados 20 minutos sobre o ocorrido, o "*usualmente suave embaixador indonésio tinha ainda dificuldades em conter a sua fúria*", segundo palavras do jornalista Nick Cohen.

AUSTRÁLIA: "*WE OWE THEM*"

A campanha de desobediência civil iniciada pela freira católica

australiana Kath O'Connor de solidariedade com os 1400 timorenses que solicitaram ao governo australiano a concessão do estatuto de exilado político, recebeu o apoio da mais alta instância da Igreja anglicana local (*AAP*, 16/12/96). São agora cerca de 5000 as individualidades e organizações que não ficaram indiferentes perante a ameaça de uma possível expulsão dos referidos timorenses.

Kaith Rayner, o Primaz anglicano da Austrália, afirmou-se solidário com o estabelecimento de uma rede de santuários que possam abrigar e proteger das autoridades os timorenses, se não lhes for atribuído o referido estatuto.

Em Melburne, no lançamento da campanha, Rayner acusou o governo federal de hipocrisia e de falhar no seu dever moral. Embora a Austrália reconheça a soberania da Indonésia sobre Timor Leste, o Departamento governamental de Imigração e Assuntos Multiculturais, responsável pela análise destas questões, assumiu que os timorenses detêm nacionalidade portuguesa e, portanto, deverem procurar asilo em Portugal, evitando assim as consequências político-diplomáticas da atribuição do referido estatuto.

Rayner juntou-se a representantes, nomeadamente, da Igreja Católica e Baptista no lançamento da campanha "*We owe them*" ("Nós devemos-lhes"), a qual procura relembrar aos australianos a sua dívida de gratidão, decorrente da II Grande Guerra Mundial, quando o exército japonês invadiu Timor e a população local protegeu os soldados australianos.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317